

Brasília, DF, 11 de maio de 2010.

PARECER Nº 257/2010.

Processo nº : 59500.001317/2010-55

Assunto : Edital de Pregão Eletrônico nº 28/2010

Interessado : PR/SL

Fls. 16
Proc. 1317/2010-55
RUBRICA - AE/GE - APOIO

Senhor Chefe,

Trata o presente processo de consulta formalizada pela PR/SL em face do questionamentos apresentados pela empresa licitante EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, aposta às fls. 01/09 dos autos do processo administrativo em epígrafe.

O Senhor Gerente de Tecnologia da Informação(AE/GTI) da Codevasf se manifestou, oportunamente, às fls. 12/14 dos autos, onde, de maneira técnica, contrapôs os argumentos iniciais da EMBRATEL S/A., e concluiu pela manutenção integral dos termos do Edital em referência.

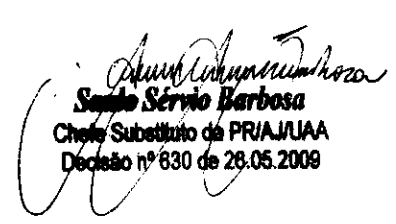
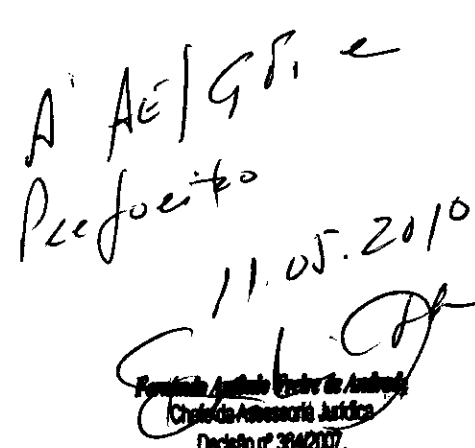
De fato, assiste razão à área técnica da CODEVASF que pretende manter os termos do edital em comento, pelos fundamentos ali expostos, devendo, apenas, ser acrescido que a retenção disposta no subitem 18.18 do texto editalício encontra supedâneo jurídico-legal nas normas de retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e/ou prestação de serviços.

Ademais, as multas e penalidades descritas na norma da licitação também encontra previsão legal na própria Lei 8.666/93 e, portanto, não se constitui em óbice à participação de nenhuma empresa licitante, como aduziu a requerente.

Destarte, em face do contido no exposto e na manifestação técnica de fls. 12/14 dos autos do processo administrativo em epígrafe, sugiro o indeferimento do pleito formulado pela EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A e o consequente prosseguimento regular do certame.


ALESSANDRO LUIZ DOS REIS
Assessor Jurídico

De acordo.


Santo Sérgio Barbosa
Chefe Substituto da PR/A/JUAA
Decisão nº 630 de 28.05.2009
A AE/GTI e
Proferido
11.05.2010
Assessor Jurídico
Decisão nº 384/2007